Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 26 | nº 1 | 2021
Artigo recebido em: 09/01/2020
Aprovado em: 08/04/2021

Thaís Janaina Wenczenovicz
[Docente adjunta/pesquisador sênior da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS. Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Educação/UERGS e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito/UNOESC. Professora Colaboradora no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Paraná-UNIOESTE.]

ORCID ID: http://orcid.org/0000-0001-9405-3995

Juliane Maria Zagonel
[Bacharel em Gestão Ambiental/UERGS.]

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: PROJETOS AMBIENTAIS DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA 15ª CRE DE ERECHIM/RS

Environmental education in school context: environmental projects of state public schools 15ª CRE de Erechim/RS

Resumo

O presente trabalho possui como objeto de estudo a Educação Ambiental com crianças e adolescentes na faixa etária entre 6 e 17 anos, realizado da 15ª CRE de Erechim/RS. O recorte geográfico tem por objetivo elencar projetos relacionados ao ambiente desenvolvidos nas escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS. Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica acrescido de técnicas quali-quantitativa e de pesquisa de campo para aproximação da realidade com a preocupação das escolas com o ambiente e com a Educação Ambiental, onde evidencia-se os projetos realizados no decorrer do ano de 2019. Nesse contexto, pode-se indicar que dos 41 municípios que fazem parte da 15ª CRE apenas 18 estão na lista de projetos encontrados, 30% em termos estatísticos.

Palavras-chave: Adolescentes; Ambiente; Coordenadoria Regional de Educação; Crianças; Educação Ambiental.

Abstract

The present work has as object of study the Environmental Education with children and adolescents in the age group between 6 and 17 years old, held of the 15th CRE of Erechim / RS. The geographical cut has as objective to list projects related to the environment developed in the state public schools of the 15th CRE of Erechim / RS. It is used as methodology the bibliographic research plus qualitative and quantitative field research techniques to approach reality with the concern of schools with the environment and with Environmental Education, which highlights the projects carried out during the year 2019 In this context, it can be indicated that of the 41 municipalities that are part of the 15th CRE only 18 are in the list of projects found, 30% in statistical terms.

Keywords: Adolescents; Environment; Regional Coordination of Education; Children; Environmental education.

Introdução

Sabe-se que as questões ambientais têm se tornado pauta importante dos principais debates, sejam eles econômicos ou sociais, e de modo crescente pode se observar que muitos deles se relacionam com a degradação do meio natural. É notório as muitas Leis e Políticas Públicas para a solução dessa demanda como a Lei 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais - que reordena a legislação ambiental quanto às infrações e punições e a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e altera a Lei 9.605/1998.

No campo educacional pode-se citar a Política Nacional do Meio Ambiente, que aponta a necessidade de uma Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, à luz do Art. 225 da Constituição Federal de 1988, a realidade tem demonstrado a necessidade de incorporar o tema nos mais diversos segmentos da Educação: formal e informal.

A Educação Ambiental no século XXI tem mostrado avanços e redimensionamentos em relação à aceitação de sua abrangência, somado a importância de educar crianças para viver em um ambiente saudável. O estudo tem como um dos objetivos elencar atividades de formação e lúdico-pedagógicas em Educação Ambiental de escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS.

Sabe-se que o trabalho com o ambiente e cultura ambiental nas escolas traz a ela a necessidade de aprimorar a formação dos professores e da sociedade como um todo. Além disso, os professores têm o papel de serem os mediadores das questões ambientais, exigindo assim uma constante formação. Além disso, deve estar preparado e disposto para interagir com as diversas áreas do conhecimento.

O presente trabalho possui como objeto de estudo a Educação Ambiental no espaço formação-escolas, realizada por órgãos e organizações colaboradoras com as escolas públicas. Geralmente essas instituições utilizam-se de perspectivas informais como atividades lúdico-pedagógicas, cine-fórum, dia de campo, na intenção de colaborar e ampliar a sensibilização de crianças e adolescentes para as questões ambientais. A pesquisa realizada se qualifica como quali-quantitativa, pesquisa bibliográfica e atuação de pesquisa de campo.

O estudo visa demonstrar também a importância da Educação Ambiental como instrumento pedagógico educacional para a formação comportamental do indivíduo. Objetivando estabelecer vínculos de aprendizagem que desenvolvam consciência e sensibilização para preservação do ambiente natural junto às práticas sustentáveis frente ao desenvolvimento.

O espaço escolhido como local-formação para esse estudo foi escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS, com realização da pesquisa de campo na 15ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) de Erechim. Pretende-se com o devido estudo elencar as principais atividades desenvolvidas por meio de projetos ambientais realizados no ano de 2019 nas escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS. Foram encontrados 26 projetos que possuem como tema geradores: fauna, flora, ambientes naturais, reciclagem, água, resíduos, etc. O recorte geográfico deve-se pelo fato de haver disponibilidade de material e acesso as fontes para concretização do trabalho.

Evidencia-se a necessidade de atividades e eventos de sensibilização para as comunidades nos mais diversos aspectos como: demonstrar como fazer uso dos recursos naturais sem gerar impacto ao ambiente, estimular a

formação de grupos de discussão para o debate dos problemas ambientais locais, formar multiplicadores ambientais sejam eles professores, alunos ou membros da comunidade, incluindo os mais diversos segmentos sociais.

Dessa forma, o poder público (Governo) juntamente com a escola, tem por obrigação disseminar informações e construir conhecimentos relativos à natureza e ao ambiente, ao passo que formar crianças e adolescentes com pensamento crítico e consciente que irão levar as experiências adquiridas para sua casa e seu bairro, propondo ideias e soluções que irão auxiliar no desenvolvimento sustentável e na mitigação dos danos causados ao ambiente.

O domínio da Educação Ambiental reside na atuação consciente dos cidadãos, bem como visa o aumento de práticas sustentáveis com finalidade de promover a mudança de comportamentos tidos como nocivos tanto para o ambiente, como para a sociedade. No ambiente escolar ela possui relevância visto que desde cedo as crianças aprendem a entender melhor os conceitos interacionais com o ambiente natural e a natureza.

A criança costumeiramente está disposta a aprender e nessa perspectiva pode-se aproveitar esta abertura para promover a Educação Ambiental, fazer com que elas entendam e aprendam a valorizar a natureza e todos os seus elementos formadores. Nesse contexto, nada mais propício que estudar um projeto de Educação Ambiental que se desenvolve com crianças nos mais diversos lugares.

A Educação Ambiental além de ensinar, se baseia nas relações entre o homem e o ambiente reconstruindo a identidade de todos de pertencer ao ambiente e ser vivo entre os demais seres vivos. A Educação Ambiental instiga habilidades para auxiliar na redução dos problemas apresentados, além de formas de prevenção desses problemas.

Sobre educação e ambiente

Diversos autores indicam que a Educação Ambiental está ligada à criação da Unesco, em 1946, órgão da ONU que iniciou o debate em torno da educação de um modo geral e da EA em particular, em termos globais e por

meio da mobilização de governos e entidades da sociedade civil. A criação desse órgão faz parte das iniciativas do imediato pós-guerra para construir condições humanitárias em face a cultura da paz.

Posteriormente a Conferência sobre a Biosfera, realizada em Paris, em 1968, foi criado o programa Homem e Biosfera (MaB), com vistas a reflexionar sobre a relação entre os humanos e o meio ambiente, e promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implantar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (Cnumah) a Conferência de Estocolmo firmou as bases para um novo entendimento acerca das relações entre o ambiente e o desenvolvimento socioeconômico. Em 1972, foram criados alguns instrumentos para tratar de problemas sociais e ambientais planetários, como a Declaração sobre o Ambiente Humano, com 26 princípios voltados para orientar a construção de ambiente que harmonize os aspectos humanos e naturais, considerados essenciais para o bem-estar coletivo.

Após a Conferência de Estocolmo de 1972, a Educação Ambiental recebeu atenção especial em diversos fóruns relacionados com a temática do desenvolvimento e do ambiente. Dela resultou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que viria a dividir com a Unesco as questões relativas à Educação Ambiental no âmbito das Nações Unidas. Posteriormente diversas outras ações e movimentos foram realizadas: Programa Internacional de Educação Ambiental (Piea), Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em 1975, no qual foi aprovada a Carta de Belgrado, Declaração de Tbilis e demais.

A Educação Ambiental passou nas últimas décadas por inúmeras transformações, tanto no quesito legal quanto pedagógico com o intuito de colaborar com o processo de consciência ambiental e diminuir problemas adversos do dia-a-dia. A Educação Ambiental tornou-se Lei em 27 de abril de 1999, no corpo da Lei N° 9.795 da Educação Ambiental. Em seu Art. 2° observa-se:

> A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do

> processo educativo, em caráter formal e não formal. (BRASIL. Lei N° 9.795, 1999)

Em nível governamental, as políticas públicas para a Educação Ambiental têm buscado o estabelecimento de diretrizes destinadas à internalização da cidadania ambiental nas práticas educativas formais e não formais. Neste sentido destacam-se o capítulo do meio ambiente da Constituição Federal de 1988, a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental em 1994, a Lei nº 9.795 promulgada em 27 de abril de 1999 e regulamentada em 25 de junho de 2002 como Política Nacional de Educação Ambiental.

A temática ambiental também tem sido instituída como um tema transversal na estrutura curricular da escola formal pelo MEC através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997/1998). Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Ambiental se insere aos poucos nas escolas, os professores buscam em forma de conteúdos em aula repassarem aos alunos conhecimentos referentes a assuntos do ambiente, onde buscam o desenvolvimento da postura ética, de atitudes e de valores.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 1º:

> Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e de sua sustentabilidade.

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973, com a criação, no Poder Executivo, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. A SEMA estabeleceu, como parte de suas atribuições, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente, e foi responsável pela capacitação de recursos humanos e sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais.

Outro passo importante foi dado com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), onde sinalizou em 1981, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Reforçando essa tendência,

a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do Art. 225 “Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1991, a Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. No ano seguinte, em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e em julho desse mesmo ano, o IBAMA instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, visando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, cap. II, Art. 13:

> Entendem-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. (BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, 1992)

Neste sentido, o processo de Educação Ambiental, insere-se como importante ferramenta na normatização do ambiente, através de ações educativas e engajadas para que desta forma sejam minimizadas as ocorrências de impactos ambientais. Segundo Reigota (2014, p. 93) “a Educação Ambiental não é disciplina, mas sim uma perspectiva pedagógica e política”. Depreende-se atividades múltiplas e agregadoras ao processo de cidadania ambiental.

De acordo com a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977):

> A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

A importância que um projeto educativo tem no âmbito social é significativo, já que criar ideias e objetivos com o intuito de melhorar o ambiente, com perspectivas de formar novos conceitos e ampliar os já existentes aponta para o bem-estar coletivo. Um projeto de Educação Ambiental transforma ambientes sociais e naturais em algo

capaz de mudar a forma de pensar das pessoas, fazendo com que elas diferenciem suas ações.

Região do alto Uruguai/RS: olhares histórico sociais

Desde 1809, quando se verificou a primeira divisão administrativa da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, até 1857, quando foi criado o município de Passo Fundo, o território que, em 1918, formou o município de Erechim, era designado pelo nome de "Região do Alto Uruguai". A região era conhecida vulgarmente como o Sertão de Erechim e se constituía em refúgio seguro de foragidos da justiça ou fugitivos das revoluções de 1835 e 1893 (NETO, 1984, p.43).

A região do Alto Uruguai, que tem como polo a cidade de Erechim, situa-se no norte do Rio Grande do Sul, confrontando-se com Santa Catarina através do rio Uruguai. A oeste, o limite natural é constituído pelo rio Passo Fundo e, a leste, estende-se aproximadamente até o rio Inhandava (rio dos Índios). No Sul, o limite é mais impreciso, embora possa ser identificado como sendo a passagem da área de relevo mais acidentado para formações onduladas, ou, ainda, o limiar entre a já destruída floresta subtropical de araucária e as áreas de campo (ZANELLA, 2003, p.24).

Basicamente, a região compreende trinta e dois municípios, reunidos em torno da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU). O Alto Uruguai foi o último espaço do território gaúcho conquistado e incorporado à produção capitalista. Segundo o censo do IBGE realizado em 2000, a população da região do Alto Uruguai era de 223. 069 habitantes, dos quais 142.725 habitavam a área urbana e 80.344, a área rural. Ao serem comparados esses dados com os de 1980, também do IBGE, percebe-se uma mudança significativa: a população total era de 201.797 habitantes, distribuída em 83.535 habitantes na área urbana e 118.262 na área rural, ou seja, ocorreu uma inversão, fruto do constante êxodo rural (IBGE, 2000).

O Alto Uruguai compreende domínios do vale do Rio Uruguai (em sua porção norte) e do Planalto Médio (na porção sul). Tais diferenciações provocaram uma apropriação (ocupação) diferenciada pelo capital. No Planalto gaúcho, as áreas de campo e mais planas foram ocupadas pela criação de gado extensiva, ao passo que as áreas de mata e de relevo mais acidentado

foram destinadas à ocupação agrícola com base nas pequenas e médias propriedades.

Vale ressaltar, que desde o início da colonização a região Alto Uruguai destacou-se também como polo produtor de madeira e erva-mate. A estrada de ferro tinha o poder de conduzir a riqueza produzida às mais remotas direções. Naquela época, a vegetação era mais densa, com inúmeras espécies arbóreas. A indústria da madeira pôde devastar vastas faixas de floresta enquanto plantava fortunas, histórias, como a dos balseiros do rio Uruguai.

O Conselho Regional de Desenvolvimento Norte (COREDE Norte) foi criado em 1991 e integra a Região Funcional 91. É composto por trinta e dois municípios: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos. Erechim polariza a maior parte das atividades socioeconômicas desses municípios, embora se destaque também a influência de Passo Fundo, no COREDE Produção, sobre essa Região (COREDE Norte, 2015).

Em 2010, o COREDE possuía uma população de 221.418 habitantes, com 72% habitando áreas urbanas e apenas 28%, áreas rurais. O município mais populoso era Erechim, com 96.087 habitantes (43% da população total), seguido por Getúlio Vargas, com 16.154. Os demais possuíam populações abaixo de 10 mil habitantes. No que se refere aos indicadores sociais, destacam-se os relacionados à educação, embora a Região detenha alto percentual de adultos com Ensino Fundamental incompleto. Alguns pequenos municípios possuem dificuldades de geração de renda, especialmente no noroeste do COREDE, o que contribui para a perda populacional ocorrida na Região no período 2000-2010 (COREDE Norte, 2015).

O COREDE Norte, situado nessa área de perda populacional, apresentou, no período 2000-2010, uma taxa de crescimento populacional de -0,13% ao ano. A perda populacional foi maior na área rural do que na urbana.

O Norte foi o quarto COREDE que mais perdeu população no meio rural do Estado. Em relação aos municípios, observa-se que, dos trinta e dois da Região, vinte e nove apresentaram taxas negativas de crescimento populacional. Os valores variaram entre -0,09% a.a., em Barão do Cotegipe, e -2,28% a.a., em Itatiba do Sul. Apenas Erechim (0,96% a.a.), Paulo Bento (0,26% a.a.) e Quatro Irmãos (0,11% a.a.) tiveram crescimento positivo (COREDE Norte, 2015).

Em 2012, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do COREDE Norte foi de 0,772, encontrando-se no Nível Médio de desenvolvimento e na quinta posição no ranking dos 28 COREDEs. Convém observar que no Rio Grande do Sul todos os municípios estão entre os níveis Médio e Alto. Considerando-se o desempenho dos municípios, verifica-se que esses variaram entre o Médio e o Alto Nível de desenvolvimento. Aratiba, com índice de 0,862, Três Arroios, com 0,831, Ipiranga do Sul, com 0,820, e Erechim, com 0,804, destacam-se, apresentando Alto Nível de desenvolvimento. Aratiba detém o segundo maior valor de IDESE do Estado, além ser o primeiro no Bloco Renda (Apropriação de Renda e Geração de Renda). Por outro lado, alguns municípios, como Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho, estão em posições desfavoráveis nesse Bloco, com valores abaixo de 0,500 (considerado Nível Baixo de desenvolvimento). Os demais municípios possuem valores de IDESE no Nível Médio de desenvolvimento, variando entre 0,771, em Estação, e 0,642, em Charrua (COREDE Norte, 2015).

A região detém unidades da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, todas em Erechim. Também possui um polo tecnológico, ligado a URI, com áreas de atuação na Agropecuária, na Tecnologia de Alimentos e na Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Industrial. O COREDE conta também com um escritório regional da EMATER, em Erechim (COREDE Norte, 2015). Abaixo a tabela do perfil socioeconômico do COREDE Norte em 2015.

Tabela 1: Perfil Socioeconômico do COREDE Norte.

População Total (2010)	221.418 habitantes
Área	6.364,2 km²
Densidade Demográfica (2010)	34,8 hab/km²
Taxa de Analfabetismo (2010)	4,91%
Expectativa de vida ao Nascer (2000)	72,85 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2012)	13,20/mil nascidos vivos
PIB per capita	R$ 25.535

Fonte: COREDE Norte, 2015.

O Papel dos Educadores na Educação Ambiental

Atualmente o Brasil vem enfrentando crises, ambientais, econômicas, sociais entre outras. A transformação do mundo moderno faz com que, ações simples, mas pontuais em educação abram espaço para a melhoria de um mundo sustentável.

Falar em Educação Ambiental, não se refere apenas a educar indivíduos teoricamente, busca-se transformar esses conhecimentos em ações educativas resultando em melhorias no ambiente que se habita. Trata-se de emancipar sujeitos capazes de idealizar suas ideias a fim de construir ou dar sequência a um espaço mais participativo.

Wojciechowski (2006) ressalta em seu artigo que:

> Primeiramente se destaca a urgência da qualificação inicial do pessoal escolar (pedagogos, diretores, docentes) em relação à EA, assim como da intensificação de programas de qualificação continuada, em vista de uma fundamentação teórico-metodológica aprofundada e atualizada de EA, para que as práticas de ensinar e de aprender se tornem mais proveitosas, em termos de reflexões e ações referentes ao meio ambiente; para isso, há necessidade de que os profissionais da educação tenham informações e acesso aos eventos e cursos de EA e que esse tema seja abordado como disciplina específica nos cursos de Pedagogia (WOJCIECHOESKI, 2006, p.122-123).

De acordo com Silva (2009), a elaboração de projetos educacionais, por meio de discussão, decisão e encaminhamento conjuntos, com atribuição de responsabilidades, possibilita superar o fracionamento do saber. Estudar e desenvolver a Educação Ambiental não é só falar de plantas e animais como

cita a autora, é saber relacionar ambiente, ser humano, ações sociais e culturais, diferenciação de ideias e saberes, é compreender de que forma pode-se atuar nessas situações. Conseguir intercalar todos esses aspectos para da melhor forma trabalhar.

Segundo a Lei nº 9.795 (1999), pode-se entender que Educação Ambiental é a construção de valores e atribuições voltadas a conservação do ambiente, é essencial para todos os níveis de escolaridade presentes de maneira formal e não-formal. Baseia-se em alguns princípios e objetivos básicos como: enfoque humanista, pluralismo de ideias e a garantia de democratização das informações ambientais.

O processo de educação ajuda a identificar os problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas, além de encontrar soluções e alternativas para resolver as questões ambientais que afetam a comunidade em geral. A educação para a cidadania representa um elemento determinante na formação de indivíduos participantes e ativos para assumir a responsabilidade de cumprir seus deveres. Para Trajber e Sato (2010), os espaços educadores se constituem de uma relação equilibrada com o meio ambiente e permitem a qualidade de vida para as próximas gerações, envolvendo assim escola e comunidade em geral em projetos ambientais.

A Educação Ambiental pode contribuir em todas as disciplinas para que através dos novos conhecimentos se entenda melhor o ambiente. A escola pode assumir um dos papéis mais importantes dentro da educação, permitindo que as crianças cresçam e vivenciem valores pondo-os em prática e não apenas observando-os.

Educação em perspectivas ambientas: persurso da pesquisa

Inicialmente forma realizadas leituras, fichamentos e ambientalização com a temática Educação Ambiental, a fim de compreender e buscar respostas à problemática da pesquisa. Junto à pesquisa bibliográfica soma-se atuação da pesquisa de campo para aproximação da realidade por meio de projetos

ambientais encontrados na 15ª CRE de Erechim de escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS.

O estudo apresenta o tipo de pesquisa quali-quantitativa, onde destaca elementos que não podem ser quantificados. Caracteriza-se por ser objetiva, organizada em suas ações descritivas e relações entre o mundo social e o mundo natural, orientações teóricas e a busca por resultados, e, também, destaca-se elementos estatísticos para melhor entendimento da pesquisa.

Nesse contexto, assenta-se a proposta pedagógica de um recorte geográfico realizado na 15ª CRE, onde buscaram-se projetos ambientais realizados nas escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS. Foram encontrados 26 projetos realizados no decorrer do ano dos anos de 2018 e 2019. As atividades envolveram os alunos de ensino fundamental e ensino médio das escolas, bem como, professores, funcionários, pais, e em algumas atividades a comunidade.

Espaço de pesquisa

A Coordenadoria Regional de Educação foi criada através do Decreto nº 2990 de 07 de maio de 1952. No Rio Grande do Sul existem atualmente 30 CREs, eram 39, mas com o tempo algumas foram fechando. A 15ª CRE abrange 41 municípios. São eles: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barracão, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Cacique Doble, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Machadinho, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios, Tupanci do Sul e Viadutos. E atende 104 escolas distribuídas em todos os municípios (15ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), 2019).

Figura 1: Mapa das CREs no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: 15ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), 2019.

Figura 2: Mapa dos 41 municípios da 15ª CRE.



Fonte: 15ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), 2019.

Projetos ambientais

Como apontado a pesquisa foi realizada na 15ª CRE, com as escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS que realizaram projetos relacionados com a temática ambiental. A 15ª CRE abrange 104 escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio. Dentre os 26 projetos encontrados na pesquisa, 1 foi realizado no município de Áurea, 2 em Barão de Cotegipe, 1 em Barracão, 1 em Campinas do Sul, 1 em Charrua, 5 em Erechim, 1 em Erval Grande, 1 em Floriano Peixoto, 2 em Gaurama, 2 em Itatiba do Sul, 1 em Machadinho, 2 em Marcelino Ramos, 1 em Paulo Bento, 1 em Ponte Preta, 1 em Sananduva, 1 em São João da Urtiga, 1 em Santo Expedito do Sul e 1 em Tupanci do Sul. Pode-se constatar que apenas 30% dos municípios realizaram projetos ambientais, dos 41 municípios que a 15ª CRE abrange apenas 18 estão na lista dos projetos encontrados.

Quadro 1: Relação dos projetos ambientais de escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS.

NOME DO PROJETO	NOME DA ESCOLA	MUNICÍPIO/ ESCOLA	OBJETIVO GERAL DO PROJETO
Educação Ambiental	Colégio Estadual Presidente Costa e Silva	Áurea	Refletir sobre a importância e o papel da educação ambiental, não só como ferramenta de compreensão e reflexão, mas, como uma forma de conscientização.
Canteiros para produção de Hortaliças Orgânicas	Escola Estadual de Ensino Fundamental Miguel Wawruch	Barão de Cotegipe	Conscientizar estudantes, familiares e comunidade em geral da importância de se produzir a própria horta orgânica, usando na alimentação da escola e quando houver sobra levar para casa também.
Super Mário em Ação: conservando o meio ambiente	Colégio Estadual Mário Quintana	Barão de Cotegipe	Conscientizar a comunidade escolar sobre a crise ambiental, envolvendo os estudantes e buscando atividades de sustentabilidade.
Projetos e Atividades Práticas de 2019	Colégio Estadual Jesus Menino	Barracão	Promover a educação ambiental e sentimento de solidariedade recolhendo tampinhas de garrafa pet e lacres de latinhas para adquirir cadeira de rodas.
Fotografe o Meio Ambiente	Instituto Estadual João XXIII	Campinas do Sul	Criar condições para o exercício da cidadania em relação à melhoria da Qualidade de Vida versus a Qualidade Ambiental.

Água segura = vida saudável para onde vai o seu esgoto?	E.E.I.E.M Fág Mág Terra Indígena Ligeiro	Charrua	Compreender a importância do saneamento básico na prevenção das doenças transmitidas pelas águas contaminadas e descarte correto do esgoto doméstico.
Meio Ambiente - 2019	Escola Estadual de Ensino Fundamental Bela Vista	Erechim (Bela Vista)	Proporcionar aos alunos conhecimentos que deem subsídios para o plantio e utilização adequado das flores e das ervas medicinais.
Reciclando Atitudes	Colégio Estadual Ângelo Emílio Grando	Erechim	Despertar nos alunos, funcionários da escola e comunidade em geral o interesse em colaborar com o processo de conservação do meio ambiente.
O Menino do Dedo Verde	Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo	Erechim	Criar momentos de alfabetização, promover o respeito as diferenças entre as pessoas e suas pluralidades e sensibilizar os estudantes a respeito da temática ambiental.
Revitalizando a Escola	Escola Estadual de Ensino Fundamental São Vicente de Paula	Erechim	Proporcionar o conhecimento e compreensão dos estudantes sobre a importância da revitalização no ambiente escolar.
Projeto Ambiental Pedagógico	Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Burin	Erechim	Promover o conhecimento e compreensão dos alunos sobre a importância da existência, preservação e conservação das áreas verdes em torno das nascentes e as margens dos rios.
Lixo Zero	Escola Estadual de Ensino Médio Erval Grande	Erval Grande	Tornar a escola capaz de gerenciar os resíduos produzidos no local, de acordo com a meta Lixo Zero e desenvolver ações de conscientização quanto ao destino correto dos resíduos, junto à comunidade.
Reutilização de pneus usados	Escola Estadual de Ensino Médio Campos Sales	Floriano Peixoto	Reutilização de pneus usados.
Alimentação Saudável na Comunidade Escolar	Colégio Estadual Líbano Alves de Oliveira	Gaurama	Conhecer quais são os nutrientes presentes em cada hortaliça para melhorar a alimentação na comunidade escolar.
Educação Ambiental – Plantas Medicinais	Colégio Estadual Líbano Alves de Oliveira	Gaurama	Informar a comunidade escolar da importância das plantas medicinais para se ter hábitos mais saudáveis.
Meio Ambiente	Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti	Itatiba do Sul	Desenvolver a Educação Ambiental na escola de forma permanente e envolver a comunidade escolar e o entorno onde vivemos.

Educação para a Conservação e Sustentabilidade: criação de abelhas como opção sustentável	Escola Estadual de Ensino Médio Marieta Tozzo	Itatiba do Sul	Propor um conjunto de ações em relação ao acelerado desaparecimento das abelhas e a manutenção da vida na terra, viabilizando a implantação da Meliponicultura na Escola, contribuindo para a permanência dos jovens no meio rural.
Preservando o Meio Ambiente	Escola Estadual de Ensino Fundamental José de Anchieta	Machadinho (Linha Tigre)	Proporcionar aos estudantes pequenas ações para que possam ampliar a consciência sobre questões relativas ao meio ambiente.
Projeto Sustentabilidade	Instituto de Educação Estadual Marcelino Ramos	Marcelino Ramos	Disseminação de técnicas e hábitos sustentáveis, colaborando para a formação de cidadãos envolvidos e ativos, conscientes de sua responsabilidade com o futuro do planeta.
Projeto de Ação: Vamos Cuidar das Águas	Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças	Marcelino Ramos	Dialogar sobre os problemas socioambientais locais, e auxiliar no processo de transformação para o uso sustentável das águas.
Projeto Meio Ambiente	Escola Estadual de Ensino Médio Cel. Raul Barbosa	Paulo Bento	Conhecer a realidade e problemas no ambiente escolar para possíveis soluções, voltadas para a preservação do meio ambiente envolvendo a reciclagem do lixo.
Irrigação para cultivo de hortaliças em estufa	Escola Estadual de Ensino Médio São José	Ponte Preta	Proporcionar aos alunos conhecimento teórico e prático em irrigação, cultivo de hortaliças e método ecologicamente correto.
Meio Ambiente	Escola Estadual de Ensino Fundamental Amélia Lenzi Raymundi	Sananduva	Defender a natureza como patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos, com participação ativa da comunidade local, perceber a importância da preservação ambiental local.
Projeto Tampinha Legal	Escola Estadual de Educação Básica Frei José	São João da Urtiga	Conscientizar a comunidade escolar da importância de se dar o destino correto ao lixo, principalmente de tampas plásticas.
Meio Ambiente – Dia da Árvore	Colégio Estadual Genoveva Pelisser	Santo Expedito do Sul	Realizar atividades de conscientização e prática em comemoração ao dia da árvore.
Projeto Meio Ambiente	Escola Estadual de Ensino Médio Gustavo Biazus	Tupanci do Sul	Estimular a mudança, prática de atitudes e a formação de novos hábitos garantindo a vida do planeta.

Fonte: 15ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), 2019.

Entre os 26 projetos encontrados na pesquisa, 1 foi realizado em Áurea, 2 em Barão de Cotegipe, 1 em Barracão, 1 em Campinas do Sul, 1 em Charrua, 5 em Erechim, 1 em Erval Grande, 1 em Floriano Peixoto, 2 em

Gaurama, 2 em Itatiba do Sul, 1 em Machadinho, 2 em Marcelino Ramos, 1 em Paulo Bento, 1 em Ponte Preta, 1 em Sananduva, 1 em São João da Urtiga, 1 em Santo Expedito do Sul e 1 em Tupanci do Sul. Evidencia-se, no entanto, que a temática meio ambiente se repete 9 vezes nos nomes dos projetos. É notório que, as escolas estão preocupadas com o ambiente, que tentam fazer algo a mais para que pelo menos às novas gerações utilizem esses conhecimentos adquiridos para a melhoria do mundo, e repassem a seus pais e a comunidade. Insta assinalar uma redundância ao termo "meio ambiente", já que a expressão "meio" já define que metade do ambiente foi deixada de lado ou pertence a terceiros.

Dos 26, 7 projetos com temas relacionados as plantas, cultivo de ervas medicinais e hortaliças, revitalização do entorno, alimentação saudável com o cultivo em hortas e estufas feita pelos alunos; 3 temas relacionados ao desperdício da água, destinação correta do esgoto doméstico e proteção do entorno das nascentes; 5 temas relacionados a destinação correta do lixo, reutilização de pneus usados, recolhimento de tampinhas de garrafa pet e lacres para adquirir cadeiras de rodas a quem precisa evitando que essas tampinhas e lacres sejam jogados no ambiente; 1 projeto relacionado com a criação de abelhas sem ferrão (Meliponicultura); e 10 projetos relacionados diretamente às questões de Educação Ambiental, de sensibilização dos alunos e comunidade em geral, disseminação de técnicas e hábitos sustentáveis, momentos de alfabetização, respeito às diferenças e reflexão sobre o papel e importância da Educação Ambiental.

Considerações finais

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil inicia na década de 70 e vem se intensificando aos poucos entre a população e o contexto escolar. Quando se fala em Educação Ambiental, não referimo-nos somente a educar indivíduos teoricamente, busca-se transformar esses conhecimentos em ações educativas resultando em melhorias no ambiente que habitamos. Trata-se de emancipar sujeitos capazes de idealizar suas ideias a fim de construir ou dar sequência a um espaço mais participativo.

A importância que um projeto educativo tem no âmbito social é significativo já que pretende criar ideias e objetivos com o intuito de melhorar o ambiente e com perspectivas de formar novos conceitos e ampliar os já existentes. Um projeto de Educação Ambiental transforma ambientes sociais e naturais em algo capaz de mudar a forma de pensar das pessoas, fazendo com que elas assumam responsabilidades individuais e coletivas frente ao meio natural que vivem.

A Educação Ambiental deve ser inserida na sociedade ao ponto de ser transformada em sinônimo de cidadania, bem como deve caracterizar uma nova consciência para todos os cidadãos. O uso da Educação Ambiental deve ser aplicado no dia a dia, seja nas escolas, nas ruas, no trabalho, dentro de casa. A educação pode cumprir a tarefa de garantir a todas as pessoas o direito de desfrutar de um ambiente saudável. Assim, uma das formas de melhorar a situação em que se encontra o ambiente, é a aplicação de atividades de Educação Ambiental dentro das escolas, onde possibilita o desenvolvimento da criticidade, do conhecimento e da proatividade na construção de uma sociedade melhor para todos.

Entende-se a fins de conclusão que o presente estudo alcançou o objetivo principal, que foi elencar atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas estaduais da 15ª CRE de Erechim/RS. Atividades estas relacionadas às questões ambientais, desenvolver ações educativas sobre questões e problemas ambientais, sensibilizar a comunidade em geral sobre a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente.

Diante das observações e dos dados coletados na 15ª CRE, foi possível constatar que o engajamento das escolas com questões relacionadas ao ambiente traz alguns resultados propositivos a qual resulta na aproximação de pais e alunos, bem como desperta na comunidade o querer melhorar o ambiente em que se vive.

Constata-se, portanto, que a Educação Ambiental na escola é um instrumento eficaz para criar e aplicar formas sustentáveis de interação sociedade-natureza. Este é o caminho para que cada individuo mude seus hábitos e assuma novas atitudes que levem a diminuição da degradação do

ambiente, promova a melhoria da qualidade de vida e reduza a escassez dos recursos naturais.

Referências

BERTINETI, E. P.; BOHM, T. S. **Patrulha Ambiental Mirim- um espaço de emancipação dos sujeitos**. Canguçu, 2014.

BRASIL, PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental), Lei nª 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**, 4º edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2016, p. 144.

CUBA, M. A. **Educação Ambiental nas escolas**, 2010.

DETONI, M. P. **Formação Policial, contribuições pedagógico-filosóficas**,1ª Edição, Editora CRV, Curitiba, 2014, p. 114.

DIAS, L. S.; LEAL, A. C.; JUNIOR, S. C. **Educação Ambiental, conceitos, metodologias e práticas**, 1ª edição. Tupã – SP, Editora ANAP, 2016, p. 190.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, **Perfil Socioeconômico COREDE**, 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/>. Acesso em: 04.nov.2019.

MILITAR, C. A. B. **Projeto Patrulheiro Ambiental Mirim**, Porto Alegre, 2015.

RAMMÊ, R. S. **Da Justiça Ambiental aos Direitos e Deveres Ecológicos: Conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica,** Caxias do Sul, Editora Educs, 2012, p. 206.

NETO, A. D. **O grande Erechim e sua história**, Porto Alegre, Editora Grafosul, 1984, p. 376.

REIS, M. F. C. T.; MAIA, J. S. S. **Educação Ambiental a várias mãos: educação escolar, currículo e políticas públicas**, 1ª Edição, Araraquara, SP, Editora Junqueira e Marin, 2014, p. 165.

SANTANA, P. M. C. **Projetos de educação ambiental na rede municipal de ensino de Mogi Mirim: Desafios à prática pedagógica**. Limeira, 2013. p.18.

SANTOS, A.G.; SANTOS, C.A.P. **A Inserção da Educação Ambiental no Currículo Escolar**. Universidade do Estado da Bahia, 2016.

SILVA, M. P. **A perspectiva Rogeriana para a Educação Ambiental não formal através do acompanhamento de uma experiência**. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009, p. 97.

STELLA, D. C.; SANTOS, J. A.; SANTOS, L. A. C. **Projeto Interlocutores Mirins: uma resposta formativa a um acidente ambiental**. Poços de Caldas, MG, 2015.

TRAJBER, R.; SATO, M. **Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades.** Rio Grande, Revista do PPGEA/FURG-RS, 2010.

TRAJBER, R.; SORRENTINO, M.; MENDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. **Educação Ambiental como Política Pública**. São Paulo, Educação e Pesquisa, 2005.

WOJCIECHOWSKI, T. **Projetos de educação ambiental no primeiro e no segundo ciclo do ensino fundamental: Problemas socioambientais no entorno de escolas municipais de Curitiba**, Curitiba, 2006.

ZANELLA. A. **A Trajetória do Sindicalismo no Alto Uruguai Gaúcho**, Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003, p.24.